

# DILEMAS E PROVOCAÇÕES DAS ANÁLISES DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS: PAUTAS PARA PENSAR A ATIVIDADE PESQUEIRA\*

CÉSAR AUGUSTO AVILA MARTINS\*\*

**RESUMO:** Há registros milenares de pensadores de distintas matrizes sobre o que é reconhecido como questão ambiental. Na formatação e consolidação das disciplinas, a Geografia desde a sua institucionalização contribui para desvendar as dinâmicas sociais e naturais. O texto apresenta uma trajetória da contribuição dos geógrafos com eixo central no desvendamento dos mares e oceanos que permite o aumento das escalas das capturas e a transformação da vida trabalhadores nos barcos e nas fábricas com a hegemonia de grupos econômicos em concorrência oligopolista que torna o pescado um *commoditie*. A compreensão do processo permite compor a explicação da totalidade do setor na lógica do sistema mundial em cada formação social para a produção de estratégias que minimizem ou eliminem os problemas sociais e ambientais dos que vivem do seu trabalho e das dinâmicas naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade; Natureza; Indústria da Pesca; Geografia

**ABSTRACT:** There are millenarian reports of ideas expressed by thinkers from different fields about what has been acknowledged as an environmental issue. In the development and consolidation of the so-called disciplines, Geography has contributed to unveil social and natural dynamics since its institutionalization. This text describes the timeline of geographers' contributions which enable the unveiling of

---

\* Palestra na abertura da III Jornada Gaúcha de História Ambiental realizada em agosto de 2015 no Campus Carreiros da FURG em Rio Grande/RS. O texto é parte da pesquisa "Indústria da pesca no Sul do Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento e congelamento", financiado pelo edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 18/2012.

\*\* Professor de Geografia no ICHIFURG; Bolsista de Pesquisa do CNPq - cesarmartins@furg.br

seas and oceans aiming at the increase in the scale of captures and at changes in workers' lives on boats and in industries where there is the hegemony of economic groups in oligopolistic competition which turns fishing into a commodity. Understanding this process enables the composition of an explanation for the sector in the light of the logics of the world system in every social formation to create strategies to mitigate or eliminate social and environmental problems faced by those who depend on their work and on natural dynamics.

**KEY-WORD:** Society; Nature; Fishing Industry; Geography

### **A formação do problema**

No período que antecede a formação, consolidação e sistematização das ciências reconhecidas institucionalmente é possível encontrar registros de preocupações de pensadores com o que no final do século XX e começo do século XXI será reconhecido como questões ou problemas ambientais. A preocupação esta registrada pelo menos desde Tales de Mileto (547 a.C- 624 a.C.) que elaborou uma teoria para explicar as enchentes do rio Nilo e de forma central, as vezes transversal, por vezes paralela, atravessou as formulações de diferentes pensadores de distintas matrizes.

A reflexão apresentada, parte dos cânones do Iluminismo e da tradição disciplinar com seus tropeços e superações: da Geografia que remonta aos gregos (Heródoto, Tucídides ou Estrabão eram geógrafo?) ou árabes (Idrisi era geógrafo?), mas institucionalizada e reconhecida como ciência durante as lutas para afirmação do Estado nacional alemão embebido nas possibilidades abertas pela ciência operacional na genialidade, por exemplo de Alexander Humboldt (1769-1859), Karl Ritter (1779-1859) e Friedrich Ratzel (1844-1904). Estes formuladores foram tributários do processo do desenho das limitações disciplinares que alinhavam o que seria entendido modernamente como Ciência Política a partir de Nicolau Maquiavel (1469-1527) ou Economia com uma das gêneses em William Petty (1623-1687), François Quesnay (1694-

1774) ou Adam Smith (1723-1790). Com influência de Immanuel Kant (1724-1804) que lecionou Geografia Física por cerca de quatro décadas em Königsberg e George W. Hegel (1770-1831), os precursores da Geografia, buscaram análises totalizadoras. Em texto de 1859, Karl Ritter afirma: “organização planetária expressa uma infinidade de forças cujos efeitos invisíveis estão em interação. Estas forças, que influem na Natureza e na História, atuam de força análoga a atividade fisiológica” (1982, p. 177).

Uma das formulações desses pioneiros eram as constituições de grandes esquemas explicativos das diferentes sociedades na diversidade de partes do Planeta que foram nominados de regiões, ambientes, ecossistemas, geossistemas e assemelhados. As respostas dialógicas vieram com marcas das descobertas do darwinismo, da Física, da Química e da Biologia que superaram as compreensões sacralizadas da natureza e marcadas pelo nacionalismo, em suas positivities e negatividades que recriaram ou criaram mitos que naturalizaram explicações justificadoras do sistema colonial e do imperialismo. Em suas interações dialógicas estão as contribuições da Geografia francesa como na ciência dos lugares de Paul Vidal de La Blache (1845-1918) com os quadros sínteses das relações entre as comunidades ainda com bases feudais e seus entornos que produziram a concepção de gênero de vida. Para La Blache num texto de 1905, a Geografia, “traz porém, uma nova concepção das relações entre a Terra e o Homem (...) sugerida por um conhecimento mais sintético das leis físicas que regem a nossa esfera e das relações entre os seres vivos que a povoam (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 27). Algumas respostas foram apresentadas por geógrafos anglo-saxões com análises que comporam a estruturação das relações desiguais entre o centro e a periferia do sistema mundial e deram relevo para relatos de viajante e exploradores como Richard Burton (1821-1890) que apresentou obras como o Kama-sutra para o mundo europeu, da teoria da dominação dos mares do estadunidense Alfred. T. Maham (1840-1914) e do almirante britânico Halford Mackinder (1861-1947), criador da teoria da *heartland*, marco da Geopolítica contemporânea. Destas fases, ainda inspiradora de gerações que mesmo sem saber, buscam pedaços do Planeta

pretensamente intocados pela humanidade ou o regresso para lógicas hegemônicas de outros tempos, estavam as sociedades geográficas dos Impérios como as de Paris (1821), Berlim (1828), Londres (1830) e assemelhadas ao redor no mundo como no do México (1833), Frankfurt (1836), a russa em São Petersburgo (1845), a *American Geographical Society* em Nova Iorque (1852) e a *Real Sociedad Geográfica Española* em Madri (1876).

Nos fundamentos desta breve síntese estão as marcas do empirismo de Francis Bacon (1561-1626) e do racionalismo de Rene Descartes (1596-1650) e suas superações para compreender o Planeta como receptáculo e fornecedor de elemento para vida dos homens na direção do racionalismo crítico de Karl Popper (1902-1994) e até o enfoque sociológico de Thomas Kuhn (1922-1996) e a desconstrução de Paul Feyerabend (1924-1994)<sup>1</sup>. O que há de comum nesta breve gênese da Geografia? Abordagens que buscavam as explicações eivadas de determinismo e que serão superadas pelas múltiplas determinações disseminadas na obra marxiana e transformadas em múltiplas combinações na proposição do geógrafo francês André Cholley (1885-1968)<sup>2</sup>. As análises que consideram as dinâmicas interativas dos elementos da Natureza, estão no pioneirismo da teoria geossistêmica oriunda da Geografia soviética representada por Viktor Borisovich Sochatva (1905-1978) e tomou relevo em trabalhos com os franceses Jean Tricart (1920-2003) e Georges Bertrand (1932) e no Brasil com Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1927). Uma síntese está em J. Tricart: “a dinâmica do meio natural é alimentada por três fontes de energia diferentes: a energia da matéria que constitui o próprio globo, a energia da gravitação (gravidade, atracção do Sol e da Lua), a energia da matéria solar que se transforma em radiações” (1978, p. 47).

Portanto, é uma trajetória disciplinar que na busca da totalidade colabora no que é chamado de História ambiental

---

1 Para uma síntese na Geografia Física: SANJAUME, M.S. e VILLANUEVA, R. J. Teoria y métodos em Geografia Física. Madrid: Sintesis, 1999.

2 Sobre a contribuição de A. Cholley: MAMIGONIAN, Armen. A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. Cadernos Geográficos n 6. Florianópolis: EDUFSC, 2003.

como campo de conhecimento que objetiva ligar a História Natural à História Social (OLIVEIRA E MONTEZUMA, 2011, p. 192).

Um segundo ponto da reflexão é uma trajetória de pesquisa iniciada no começo da década de 1990 que se preocupava em pensar a lógica reprodutiva de seres humanos que produziam a visibilidade da vida em corpos de água com instrumentos simples e saberes ancestrais para produzir uma matéria-prima muito específica: diferentes espécies de pescado ao longo dos ciclos anuais. Num contexto de desmonte dos marcos regulatórios e da afirmação da hegemonia da racionalidade urbano-industrial que comprometia a qualidade das águas e forçava a captura acima dos limites de reposição dos estoques, havia indícios de sua extinção inclusive das preocupações acadêmicas. O registro deste debate está em Martins (1997) que apresenta a distinção entre a produção e reprodução das relações sociais no mundo da mercadoria com base em Rosa de Luxemburgo (1871-1919) e Henri Lefebvre (1901-1991) para compreender as estratégias de decadência, manutenção e ascensão da chamada pesca artesanal no Estuário da Laguna dos Patos entendida como uma pequena produção mercantil. A explicação que na época era incômoda, hoje deriva especialmente para análises eivadas de caricaturas de um passado pretensamente idílico que tentam encontrar seres portadores de prováveis virtudes salvacionistas ou é campo fértil para oportunistas de diversas ordens desconfortáveis com suas formações que transbordando de boa vontade confundem e se confundem nas lógicas da sociedade hegemônica pelo mundo da mercadoria na formação social brasileira com as dinâmicas naturais.

No contexto da produção relativamente escassa, há pelo menos dois campos significativos que matizam os estudos sobre a atividade pesqueira, especialmente como atividade extrativa. Uma parte está ligada às perspectivas que entendem que os ritmos naturais de reprodução das diferentes espécies passíveis de capturas seriam as chaves determinadoras para a reprodução econômica da atividade pesqueira. Baseadas ou derivadas de estudos sobre os balanços biológicos que indicam

possíveis capacidades de reposição de determinados estoques ao longo do tempo, essas abordagens tendem a analisar a atividade como uma produtora de valores de uso para determinadas populações e abstraem que os diferentes pescados constituem mais uma mercadoria nos últimos séculos, sendo *commodities* e objeto de pesquisas para a exponencialização da aquicultura. Seu entendimento separa as técnicas das relações de produção e das forças produtivas, idealizando alguns agentes do setor como atores que apenas desempenham papéis ou como sujeitos que dotados de determinados comportamentos e práticas poderiam ser adestrados para melhorar suas eficácias. A linguagem é bordada com expressões para demonstrar sistemas que deveriam ser auto-reguláveis como *inputs* e *outputs* ou regradados nos consensos dos *experts*. Mormente realizadas com meticulosas metodologias e ferramentas das ciências da natureza, estão centradas nos objetos das pescarias e consideram irracionais determinadas racionalidades diferentes de certos corolários, mas são operacionais para aqueles pescam e vivem as condições objetivas das contradições da Economia Política hegemônica pelo modo de produção capitalista viabilizado nos distintos usos do território em cada formação social<sup>3</sup>.

Uma segunda tendência é baseada no entendimento que aquelas formas de produção que utilizam instrumentos simples de trabalho e conhecimentos ancestrais para as capturas, prioritariamente movidos pela energia dos pescadores, por vezes combinando outras estratégias de obtenção de ingressos monetários como o assalariamento eventual dentro e fora das

---

3 A distinção entre modo de produção e formação social faz parte de uma das essências do debate das Ciências Sociais. O ponto de partida é o prefácio de 1859 do “Crítica à crítica da economia” de Karl Marx (1818-1883). Uma parte da discussão está em: LUPORINI, C. e SERENI, E. El concepto de “formación econômico-social”. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973; HINDESS, Barry e HIRST, Paul. Modo de produção e formação social. R.Janeiro: Zahar, 1978. Entre os raros geógrafos que consideram o conceito como operacional para reencontrar a perspectiva totalizadora esta o texto fundante Milton Santos publicado em 1977 na revista estadunidense Antípode: Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27. Ver os desdobramentos em: MAMIGONIAN, A. A Geografia e a “formação social como teoria e método”. In: SOUZA, Maria A.A . (org.). O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. S.Paulo: HUCITEC, 1996, p. 198-206.

unidades produtivas, representam no presente um passado que oferecia melhores condições de vida. Estes pescadores são por vezes considerados como resistentes as transformações do presente e seriam portadores de virtudes para o futuro em aproximação com determinadas leituras dos movimentos sociais. Em comum com a primeira perspectiva, está a busca de equilíbrios e a utilização de vocabulários que pretendem normatizar os padrões de comportamento da natureza e da sociedade, abstraindo a essência conflitiva das relações sociais entre os agentes sociais e as forças produtivas em cada formação econômica e social ao longo tempo. Daí, dotados do que consideram boas intenções, se apresentam como descobridores dos “usos comuns” e cultivam posições ilusões salvacionistas. Por fim ambas estão deslocadas das determinações e não dos determinismos da atividade pesqueira como uma pequena produção mercantil como componente das crises e ascensões no modo de produção capitalista em cada formação social (MARTINS, 2011).

### **O esquadrinhar do Planeta: os mares e oceanos**

Uma das formas de afirmação da humanidade como espécie hegemônica no planeta ocorre em sua luta para superar seus limites biológicos de proteção contra as outras espécies e na superação de suas necessidades. O processo através do trabalho social, cria mecanismos e instrumentos que permitem ao Homem ao menos conhecer e reconhecer a Natureza. Para conhecer e reconhecer, a Natureza e a si mesma, a humanidade se afirma socialmente como Natureza, pois “la naturaleza es la fuente de los valores de uso” (MARX, 1979, p. 10).

Um dos dilemas é compreender as instabilidades naturais para garantir uma estabilidade mínima para a vida dos seres humanos. As instabilidades possuem bilhões e milhões de anos, a partir da potência energética de uma velha estrela em um pequeno sistema. A estabilidade que as metodologias científicas clássicas buscam e está formação escolar, confronta com as instabilidades nas formações sociais e na Natureza. Os bilhões e milhões de anos da Natureza foram confrontados com o

processo da gradual ascensão do *homo sapiens* a cerca de 200 mil anos no atual continente africano e da revolução cognitiva com a linguagem ficcional e a sua difusão desde mais ou menos 70 mil anos (HARARI, 2015). Daí a sucessão de:

- extinções: da megafauna australiana (45 mil anos), dos neandertais (30 mil anos); da megafauna americana (16 mil anos);
- afirmações:
- domesticação de plantas e animais e sedentarização (12 mil anos);
- primeiros reinos, sistemas de escrita, dinheiro e religiões politeístas (5 mil anos);
- dos primeiros Impérios (Acádio de Sargão, 4,25 mil anos; Persa, 2,5 mil; Han chinês e Romano no Mediterrâneo, 2 mil anos;)
- de algumas das grandes religiões marcadamente monoteístas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo) que em suas semelhanças e diferenças em vários momentos acirram seus conflitos em cruzadas que obscureceram e obscurecem suas lições de generosidade e solidariedade na direção de ignorar que grande parte da humanidade não adota suas crenças;
- ascensão (mais ou menos 500 anos) e afirmação (mais ou menos 200 anos) da hegemonia do capitalismo como modo de produção que impõem e convence que a mercadorização da matéria e mesmo do não material é natural com as benesses das revoluções industriais e burguesas que penetram nos recônditos da vida das pessoas em todo o Planeta. As primeiras permitiram amalgamas entre materiais e criaram fontes energéticas que romperam concepções sagradas e milenares da Natureza e as segundas tendem para a imposição dos ideários de liberdade, igualdade e fraternidade, que abstraem as bases contraditórias das relações entre capital e trabalho e dos malabarismos estatais para realizar a gestão das contradições construindo políticas

compensatórias e que por vezes permitem a ascensão de determinados extratos de classe.

- *designe* inteligente que molda e produz novas adaptações nos seres vivos. Ou seriam *designe* de seres vivos?

Portanto com a delimitação do problema há uma pauta de pesquisa e um objetivo: considerar a aceleração das dinâmicas no período e meio técnico-científico-informacional onde objeto e ações são sistema indissolúvel e contraditório (SANTOS, 1996) para entender a transformação de uma das últimas atividades extrativas de animais (os produtos da pesca que se tornam recursos e matéria-prima e não apenas componente de dietas alimentares e m circuitos locais/regionais de baixa monetarização) realizada com processos relativamente simples e de escala reduzida que produz um alimento altamente perecível para uma atividades que se realiza em escala planetária com a tendência para *commoditie*. Em uma frase: “uma, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza, é agora unificada pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas” (SANTOS, 1994, p.19).

A Natureza, ao ser esquadrinhada, é decifrada e transformada em mercadoria: aos pedaços dentro de algumas possibilidades criadas na reino da necessidade como descobertas ou sistematicamente no formato que será conhecido como ciência. A mercadoria pode ser submetida a medições e relacionada ao equivalente geral. A mercadoria é passível de negociações entre Estados Nacionais e entre os proprietários privados instalados em cada Estado Nacional. No primeiro caso, estão as reuniões que seguiram após a segunda guerra mundial em Denver (1948) e Luke Succes (1949), Punta Del Este (1961) e Mar Del Plata (1965) que antecederam as Conferências de Paris (1968), de Estocolmo (1972) e do Rio de Janeiro (1992) com todos os desdobramentos regulatórios que podem chegar a comercialização da emissão de produtos que comprometem a qualidade do ar e da água no circuito do capital financeiro. Nos documentos das reuniões, sobretudo após aquela realizada em Estocolmo e nos seus sucedâneos está registrada a formulação básica: “O direito universal de todos os

povos aos recursos naturais da Terra”. Ora, a única possibilidade universal do direito universal citado seria um governo mundial e da admissão que se é recurso não natural, mas mercadoria.

No segundo caso, estão os conflitos identificados por Monteiro (1981) na esteira da disseminação planetária do que seria reconhecido “como as ideologias do ecologismo- rejeição do desenvolvimento em nome do equilíbrio ecológico- e do economicismo- desenvolvimento a qualquer preço conduzindo à eco-destruição” (MONTEIRO, 1981, p. 21). Daí, nas escalas nacionais, estão algumas tensões que envolvem as lutas de alguns agrupamentos humanos que vivem com instrumentos simples de trabalho e baseados na lógica produtiva de algumas parcelas da Natureza com processos que podem permitir a aceleração da extração de determinados recursos e mesmo com a construção de políticas de regulação baseadas na inviolabilidade em nome de um bem comum descolados de suas vidas no caminho daquilo que Diegues (1994) chamou de “mito moderno da natureza intocada” para a construção de áreas de proteção ou mesmo intocadas em determinados ambientes.

A mercadoria pode ser uma espécie marítima. Um dos maiores exemplos da mercadorização é a história da caça a baleia a partir da organização das empresas estadunidenses.

Nos meados de 1690 os “*quakers*” de uma localidade da Ilha de Nantucket na costa de Boston, iniciaram as capturas nas proximidades da ilha atlântica. Em 1760, as baleias que se aproximavam da costa estavam praticamente extintas. Vinte anos depois com o desenvolvimento da técnica de preparar o óleo das baleias nas embarcações e uma rígida separação entre os proprietários absenteístas e os pescadores remunerados por partes, de acordo com posições na divisão do trabalho no barco, as pescarias eram realizadas nas proximidades do Círculo Polar Ártico, na costa oeste da África e nas proximidades das Ilhas *Falklands* que contribuíram por exemplo, para o ocaso das armações na costa brasileira. Na década de 20, do século XIX os baleeiros de *Nantucket* pescavam no Oceano Pacífico em viagens que duravam entre dois e três anos.

Esta história forneceu subsídios para a estória de *Moby Dick*,

de Herman Melville (1819-1891), baseada no afundamento do baleeiro *Essex* em 1820 (PHILBRICK, 2000). Durante os séculos os Estados Nacionais negociaram e ainda negociam cotas de caça às baleias para as empresas dos armadores e dos industriais. Quanto valia o grande cetáceo para as economias nacionais e para a economia mundial? Sua valorização não podia ser mensurada apenas para cada agente privado, mas também para a lubrificação das máquinas industriais, a iluminação das cidades e a manutenção da redução do custo da reprodução da força de trabalho.

Atualmente, as negociações entre os Estados Nacionais são no sentido de impedir a caça, mas é possível comprar de alguma empresa autorizada por determinados Estados Nacionais o direito de observar um potencial espetáculo oferecido gratuitamente pelas baleias. A preservação da vida das baleias é acompanhada de uma nova forma de mercadorização, traduzida no entretenimento que esse animal pode oferecer para determinado público. Nos movimentos em espiral que caracterizam o tempo presente, a nova mercadorização está conduzindo para alguns sinais de estabilização do extermínio ou mesmo a recuperação de algumas espécies.

Uma outra espécie marinha e, atualmente, objeto de conflito entre empresas de pesca, ambientalistas e empresas de turismo é o tubarão-baleia (*Rhincodon thypos*). Com um ciclo de vida que pode atingir 150 anos e com a maturidade sexual estimada em 30 anos, o tubarão-baleia é considerado o maior peixe do mundo e com a diminuição média dos exemplares capturados, a espécie está incluída na lista de ameaçados da CITES (Convenção de Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas). Com base em argumentos justificadores da conservação da espécie em *Ningallo Marine Park* na costa Noroeste da Austrália, empresas de ecoturismo realizam expedições de observação ao tubarão-baleia. Ou seja, como muitas outras espécies terrestres que historicamente foram importantes fontes de alimentos e/ou de matérias-primas para diferentes sociedades e muitas vezes base de relações telúricas e de disputas acirradas por territórios, nos mares e oceanos, também vão se constituindo territórios de disputa

entre diferentes agentes que, dependendo de suas capacidades organizativas e de divulgação, fazem valer seu poder.

A questão essencial é que a atividade pesqueira que inclui, a captura, as diferentes redes de comercialização e de formas de processamento com garantias mínimas de segurança para o consumo, utilizam como matérias-primas espécies de pescado capturadas que obedecem a ritmos naturais em águas que historicamente são reguladas: por Estados que impõem normatizações de acesso aos seus mares territoriais e por acordos interestatais sobre águas internacionais, como por exemplo a proibição ou o estabelecimento de cotas como aquelas para atuns e afins estabelecidas pela Comissão para Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). Combina-se a privatização em duas esferas: a primeira entre os Estados que possuem maior capacidade de impor no concerto internacional maiores áreas territoriais nos oceanos e mares que oscilam na maior parte dos casos entre seis e 200 milhas e, pelo menos desde 1450, como alvo de disputas intercoloniais e interimperialistas, que envolvem a sua militarização e disputas por direitos a pesca, levando Mancke (1999) a afirmar que “nos últimos cinco séculos o espaço oceânico foi uma arena central na luta imperial” (p. 234). A segunda dimensão da privatização das águas ocorre entre os diferentes agentes que trabalham especificamente nas águas dos Mares Territoriais, com uma grande variedade de conflitos de interesses para impor determinadas regulações, como por exemplo, as disputas entre pescadores e coletores artesanais, aqüicultores, armadores de pesca, agentes portuários, agentes do setor terciário (como hoteleiros interessados em reservas da natureza para seus hóspedes), praticantes de esportes náuticos e mesmo incorporadores imobiliários articulados com esferas do poder público interessados na preservação ou transformações de pedaços do litoral. Entre eles abundam consultores que se consideram *experts* que vendem seus conhecimentos ou a aplicação de modelos poucos explicados em suas gêneses e que ignoram as especificidades das formações sociais.

Ao longo da História foram sendo mais ou menos identificadas pelas diversas frações das chamadas Ciências Exatas e da Terra

e pelas Ciências Biológicas as formas, dinâmicas e relações do planeta. Essas ciências, das simples e eventuais descobertas, construíram modelos e desenvolveram simulações de certos processos, podendo colocar pedaços da Natureza em seu estado mais simples ou cada vez mais amalgamados, com materiais e substâncias dos mais distintos, à disposição de determinados agentes e conduzindo a aceleração da artificialização da vida. Ou seja, aquilo que em alguns dicionários especializados são definidos como um conjunto de certas riquezas naturais distribuídas desigualmente no Planeta que, dependendo de determinados objetivos e condições tecnológicas e econômicas, podem ser objeto do trabalho. Sábado ao articular a ascensão e a consolidação da burguesia e do Estado com o ideário renascentista de domínio da natureza e das ilusões do progresso, é taxativo; “todo que era trevas, desde o medo até a peste, iria ser iluminado pela Ciência” (1993, p. 55).

O ser humano, como ser biologicamente terrestre, estabeleceu relações contraditórias com os diferentes cursos de águas. Ao mesmo tempo em que necessitava se aproximar para minimamente satisfazer sua sede, encontrava ali possibilidades de acidentes e barreiras para o seu deslocamento. Com o desenvolvimento de algumas técnicas simples, o homem encontrou nas águas novas fontes de alimentos e de aceleração de seus deslocamentos. Porém, somente no final do século XIX, as áreas próximas aos cais dos portos começaram a deixar de ser consideradas insalubres e perigosas. Em alguns pontos as moradias passam a ter suas frentes voltadas para o mar e iniciam um intenso processo de valorização deixando de ser o “território do vazio” (CORBIN, 1989).

A sistematização das descobertas e conhecimentos sobre as águas oceânicas foi sendo realizada por uma ciência recente que se autonomizou da Geografia: a Oceanografia (GALLO e VERRONE, 1993). Observando que a *Historie Physique de la Mer* de Luigi Masigli, publicada em 1725, é considerada o primeiro tratado moderno de Oceanografia; que os mapeamentos da costa da Antártida e das ilhas do Oceano Pacífico somente foram realizados entre os anos de 1838 e 1842 por seis embarcações

estadunidenses (PHILBRICK, 2005), e que a expedição do *Challenger* foi realizada entre 1872 e 1876 cobrindo todos os oceanos, além de descobrir cerca de 700 novos gêneros e 4.000 novas espécies e relevar aspectos do fundo oceânico, considera-se que é somente com a Primeira Guerra Mundial e, especialmente com a Segunda Grande Guerra, que serão desenvolvidos os equipamentos e as técnicas de pesquisa nos oceanos. Entre os exemplos: a ecossondagem é iniciada, em 1920 no Mar do Norte; em 1934, os zoólogos Willian Beebe e Otis Barton observam a vida marinha em uma batisfera a 923 metros de profundidade; em 1943, Jacques Cousteau e Emile Gagnan desenvolvem o escafandro autônomo; em 1951, o navio britânico *Challenger II* descobre a maior fenda do oceano, 11 quilômetros abaixo da superfície, próximo a Guam.

A consolidação do meio técnico-científico-informacional nos oceanos e mares pode ser verificada nos números das principais revistas de divulgação internacional como a descoberta de microorganismos vivos no ponto mais profundo da fossa das Marianas no Pacífico Sul em fevereiro de 2004<sup>4</sup> e a divulgação do “Censo da Vida Marinha” que envolveu cerca de mil cientistas de 70 países apontando a existência de 106 espécies novas de peixes em novembro de 2004<sup>5</sup>.

Dadas as aparentes relações entre as condições naturais dos oceanos e as prováveis mudanças climáticas, bem como a utilização cada vez mais intensa de recursos dos oceanos, ocorrem esforços conjugados para a elaboração e ampliação das pesquisas e das formalizações dos acordos para o uso dos territórios marítimos. Um dos refinamentos do esquadrinhar dos mares e oceanos esta na regionalização das zonas de capturas que permitem a identificação da origem do pescado (figura 1).

### **Figura 1: Zonas de captura da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**

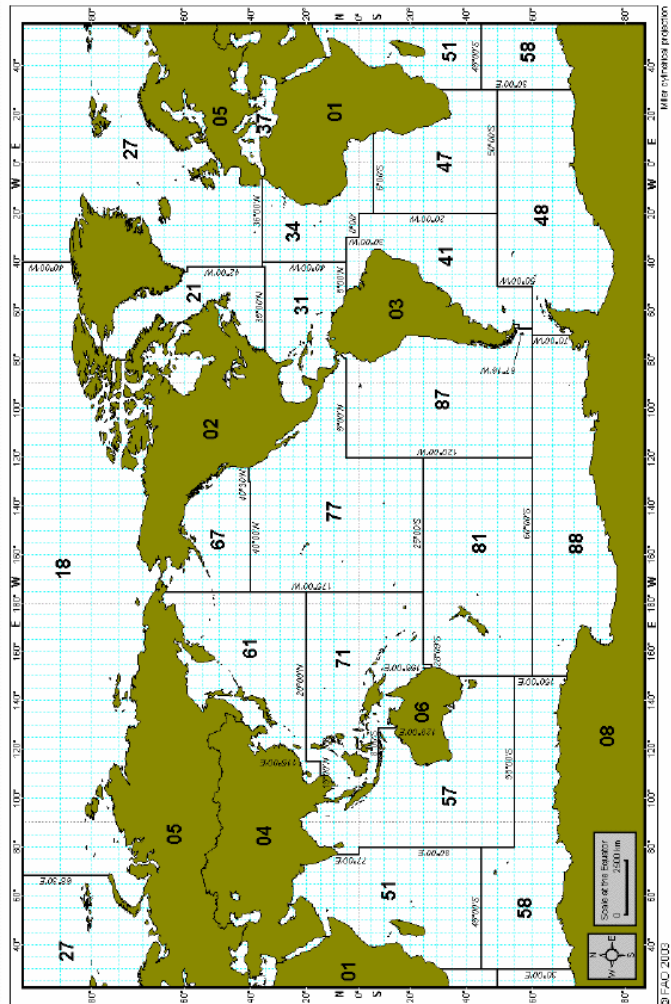
---

4 <<http://www.sciencemag.org>. Acesso em 30/03/2014.

5 <<http://www.coml.org>. Acesso 30/11/2014.

### ZONAS FAO DE CAPTURA

- |                        |                       |                       |                                 |                 |                                       |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| Atlântico Noroeste     | Zona FAO n.º 21.      | Atlântico Centro-Este | Zona FAO n.º 34.                | Mar Negro       | Zona FAO n.º 37.4.                    |
| Atlântico Nordeste     | Zona FAO n.º 27.      | Atlântico Suroeste    | Zona FAO n.º 41.                | Oceano Índico   | Zona FAO n.º 51 y 57.                 |
| Mar Báltico            | Zona FAO n.º 27. lll. | Atlântico Suroeste    | Zona FAO n.º 47.                | Oceano Pacífico | Zona FAO n.º 61, 67, 71, 77, 81 y 87. |
| Atlântico Centro-Oeste | Zona FAO n.º 31.      | Mar Mediterráneo      | Zona FAO n.º 37.1, 37.2 y 37.3. | Antártico       | Zona FAO n.º 48, 58 y 88.             |



No Brasil, o início sistemático das pesquisas no Oceano Atlântico, ocorreu em 1957, com o navio-escola Almirante Saldanha, da Marinha brasileira e que, desde lá, essas foram

ampliadas com a criação de cursos de graduação e pós-graduação em Oceanografia, como os da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a incorporação de navios de pesquisa, como o Prof. Besnard do Instituto Oceanográfico da USP e o Atlântico Sul da FURG, e a criação de centros pesquisas estaduais e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Entre acertos e desacertos, continuidades e descontinuidades das pesquisas no Mar Territorial brasileiro, cabe lembrar o “Projeto Biota-Bentos Marinhos”, financiado em R\$ 2,5 milhões pela FAPESP, envolvendo profissionais da USP, da UNICAMP e da UNESP, identificou 70 novas espécies de animais marinhos no litoral paulista, bem como da produção de representações de representações cartográficas em três dimensões do fundo oceânico no Mar Territorial brasileiro. Um capítulo recente é a claudicante políticas estatais no Brasil foi a criação em 2003 de um órgão ministerial para pesca e sua extinção em 2015<sup>6</sup>.

Uma parte das pesquisas procurava dimensionar os estoques de determinadas espécies e escolher algumas que por determinadas características naturais podem ser extraídas para os diferentes tipos de processamento e consumo que vai do tempo quase imediato até a expansão para cinco anos como no caso dos enlatados. A escolha com seus limites e possibilidades inclui as técnicas de cultivo e uso de algumas espécies como fonte alimentar para aquicultura e base para uma crescente indústria de rações que levaram a taxas de crescimento do consumo do pescado no mundo para fins não relacionados ao consumo humano de cerca de 13% em 1948 para 35 % no começo do século XXI.

Apesar de relativamente escassas as preocupações dos geógrafos sobre a atividade pesqueira, há em algumas obras fundantes da Geografia de matriz francesa, preocupações com as contradições entre os avanços tecnológicos que aumentavam a eficácia e a segurança das pescarias e a situação de determinados

---

6 Para uma avaliação entre 1960 e a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca em 2003 e sua transformação em Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009: DIAS NETO, J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais- um registro para o futuro. Revista CEPESUL, 1 (1), 2010, p. 66-80.

estoques<sup>7</sup>. Em obra da década de 1930, Jean Brunhes (1955) considerava que “*la pesca tiende a convertirse en exterminadora. La pesca es una amenaza, incluso en los rios y los lagos, donde la repoblación está asegurada*” (p. 176). Ou seja, geógrafos, num dos períodos em que a Geografia mantinha grande prestígio acadêmico (DOSSE, 1992), demonstravam uma das preocupações recentes de parte dos pesquisadores e de seus financiadores públicos e /ou privados, bem como de organismos multilaterais: a possibilidade do esgotamento das capturas de pescado. Apesar do quase colapso nas capturas de algumas espécies e de insistentes anúncios da necessidade da imposição de cotas de capturas cada vez mais rígidas e, por vezes, declinantes para algumas pescarias (JACKSON *et ali*, 2001; MYERS e WORM, 2003), os volumes capturados pela pesca extrativa aumentaram cerca de 12% entre 1996 e 2000 e representam aproximadamente 73% de todas as pescarias<sup>8</sup>. Porém, é a aqüicultura praticada pelo menos desde 2000 a.C., na China, e 1.900 a.C no Egito, que apresentou as taxas de crescimento mais elevadas e aumentou sua participação de 12% em 1990, para 27% em 2000 e 42% em 2012 do pescado produzido mundialmente<sup>9</sup>. As leituras que privilegiam a aqüicultura como a alternativa mais viável para a produção de pescado, chegam a proclamar uma espécie de “revolução azul” com previsões salvacionistas para os problemas de alimentação nos próximos anos fazendo comparações com a chamada “revolução verde”<sup>10</sup>.

---

7 Em Martins (1997), há a discussão das abordagens nas obras de geógrafos sobre a atividade pesqueira.

8 Um relatório da *Royal Commission on Environmental Pollution* do governo britânico combina análise dos efeitos da poluição sobre os oceanos e mares com os esforços de pesca, para defender o “princípio da precaução”, onde haveria o estabelecimento de um conjunto de pactos entre os Estados nacionais e os diversos agentes privados no sentido de realizar diagnósticos mais precisos das condições para as pescarias e de estabelecer cotas que garantam a reprodução natural das diferentes espécies. Ver: [www.rcep.org.uk/fishreport.htm](http://www.rcep.org.uk/fishreport.htm)

9 Todas as informações produção, consumo e comercialização de pescado em escala mundial foram obtidas em: [www.fao.org/publications](http://www.fao.org/publications).

10 A “The economist” publicou duas matérias na edição de 09/08/2003 com os sugestivos títulos: “A new way to feed the world” e “The promise of blue revolution”. O número de março de 2004 da *Scientific American Brasil*, trouxe uma matéria intitulada “Aqüicultura retoma desafios da revolução verde”. A revista Globo Rural de fevereiro de

É possível manter um certo distanciamento sobre a possível condição insustentável das pescarias sobre determinadas espécies em certas águas. Porém, é necessário considerar o depoimento de quem vive da pesca e investe na aquicultura: “*la acuicultura (...) no será nunca la alternativa en España (...) pescar en el mar es más barato (...) sin embargo, la acuicultura si va a ser un complemento necesario a la producción por capturas en la mar*”<sup>11</sup>.

No período histórico que se inicia no final do século XVIII, diluindo e/ou recriando as formas de existência humana com a intensificação da industrialização e da urbanização, é necessário e possível que alguns agentes sociais produzam alimentos em escala que possuam condições mínimas de consumo para garantir a reprodução da força de trabalho com baixo custo e colocar a disposição daqueles que possuem renda os sabores do mundo representados na alimentação saudável ou *gourmet*. Ou seja, “a partir da Revolução Industrial as mudanças foram se acelerando, pois ela invade também a cozinha adotando o metal, a eletricidade e o vapor para padronizar o modo de preparo dos alimentos” (ORTIGOZA, 2001, p. 77). Daí um dilema que provoca para a investigação: a produção localizada e a realização global da produção de alimentos contribuiu para formar complexas redes, envolvendo agentes sociais que, territorializados, criaram novas formas de produzir e consumir alimentos para garantir a reprodução da moderna sociedade capitalista. E os produtos da pesca que são recurso e matéria-prima?

A proposta com base nas formulações é compreender no processo de disputa mundial por determinados estoques pesqueiros e aberturas comerciais que permitem ampla circulação de mercadorias que o setor é controlado por alguns grupos em determinadas formações sociais.

A industrialização de pescado envolve a produção de congelados, salgados/defumados, enlatados e especialidades. No setor de enlatados que permite a maior quebra de perecibilidade para o consumo humano, esta identificada a concentração na

---

2005, insistiu na formulação com a matéria “O mar virou fazenda”.

11 Depoimento do senhor Alfonso Paz-Andrade da Pescanova, maior grupo pesqueiro espanhol (El País, 11/08/2002, Cuaderno Negocios, p. 9).

utilização de alguns atuns e de sardinhas que possuem longas trajetórias de investigação de suas dinâmicas (MARTINS, 2006). Num contexto de abundantes informações e denúncias sobre o comprometimento de vários estoques que incluem o desaparecimento dos chamados peixes selvagens, 23 espécies ou gêneros respondem por cerca de 40% das pescarias mundiais, sendo cinco das chamadas sardinhas e um dos atuns (quadro 1)<sup>12</sup>.

### Quadro 1: Pesca de captura marinha: principais gêneros e espécies

Posição nas capturas em 2013, nome científico e na FAO	Produção em 2012 em mil toneladas	Varição entre 2003-2012 (%)
(3) <i>Katsuwonus pelamis</i> ; Listado	2.795,3	+ 28
Sardinelas spp; Sardinelas nep	2.345,0	+ 14,2
(12) <i>Sardina pilchardus</i> ; <i>Sardina europea</i>	1.019,3	- 3,1
(17) <i>Strangomera bentincki</i> ; <i>Sardina araucana</i>	848,4	+ 179,1
(23) <i>Sardinops caeruleus</i> ; <i>Sardina Monterrey</i>	364,3	- 42,4

Fonte: FAO. *El estado mundial de La pesca y de la acuicultura*. Roma, 2014.

Organização: César Martins

Além da concentração em algumas espécies (as cinco citadas no quadro 1 representam cerca de 10% das capturas mundiais e são a maior parte da matéria-prima das indústrias enlatadoras), também ocorre concentração da produção em alguns países

12 Uma parte é considerada como os últimos grandes peixes selvagens, ou seja capturados com determinadas escala para o consumo humano e que marcaram a alimentação de diferentes formações ao longo do tempo: salmão, atum, lubina e bacalhau. Ver: GREENBERG, Paul. *Cuatro peces: el futuro de los últimos alimentos salvajes*. Barcelona: RBA, 2012.

e no nível das empresas. No quadro 2 está a distribuição da produção de conservas com dois destaques: o crescimento da produção de atuns em relação a produção total de conservas de outros pescados e a consolidação da posição dos produtores asiáticos com empresas pertencentes a grupos econômicos, que verticalizam e horizontalizam suas organizações com frotas que atuam em estoques em diferentes áreas oceânicas. A estratégia remonta a frota japonesa que na década de 1930 ligada ao imperialismo nipônico tinha supremacia nas áreas de pesca na Ásia. Até o final da década de 1960, com a coordenação de grupos empresariais como a Mitsui e a Mitsubishi, as empresas pescavam em praticamente todos os pesqueiros mundiais (LAGO, 1982; DIEGUES, 1983; LIMA SOBRINHO, 1990).

#### **Quadro 2- Principais produtores de conservas de pescado e de atum do mundo**

Países	1976		2000		2009	
	Pescados	Atuns	Pescados	Atuns	Pescados	Atuns
Japão	1.726	93	1.449	69	1.144	43
Tailândia	13	0	825	269	1.139	525
China	10	...	224	...	742	...
Myanmar	83	...	166	...	431	...
Estados Unidos	556	273	414	304	429	167
Rússia	0	...	189	...	401	...
Alemanha	214	0	306	0	372	1,5
Espanha	102	32	350	224	340	231
França	58	16	221	44	200	31
Polônia	78	...	196	...	187	...
Equador	16	2	79	53	176	144

Marrocos	52	0,1	81	0,3	141	0,7
Dinamarca	56	0	89	0	133	0,9
Subtotal	2.964	416	4.589	963	5.835	1.144
<b>Total mundial</b>	<b>4.740</b>	<b>520</b>	<b>6.159</b>	<b>1.416</b>	<b>7.554</b>	<b>1.677</b>

Fonte: FAO. *Fisheries and Aquaculture Information and Statistics Service*.

Organização: César Martins

No nível das empresas, de grupos econômicos historicamente oligopolizam o setor em distintas formações sociais: no Japão pela Haboromo Foods e Maruha Corporation; nos Estados Unidos da América pelas empresas Starkist (grupo Heinz), Chicken of the Sea (grupo Tri-Union Seafoods) e Bumble Bee (grupo ConAgra Foods); na Itália por Bolton Alimentari e General Conserve; na França pela Petit Navire do grupo Thai Union Frozen Group (TUF) e Salpiquet do grupo Bolton. Na Espanha, as empresas Calvo, Frinsa, Garavilla e Jealsa Rianxeira lideram o mercado. Entre as estratégias estão a aquisição ou a construção de fábricas em distintos países como realizado pela Calvo (Brasil e El Salvador) e Jealsa (Brasil, Chile e Guatemala) ou a transferência da produção, como a MW Brands que produz a marca italiana “Mareblue” nas fábricas da França, Portugal, Gana ou Sheichelles. A concorrência arrasta não apenas o comprometimento dos estoques, mas das condições de trabalho salariais nos barcos e nas fábricas com as possibilidades de deslocamentos das unidades produtivas.

Nas embarcações, apesar dos avanços para segurança da navegação e no trabalho na pescaria, a atividade é reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como “*la profesión más peligrosa*” e não são incomuns o descumprimento de acordos trabalhistas e mesmo o uso de trabalho escravo, especialmente em embarcações que praticam a pesca fora das pactuações dos acordos de pesca.

Nas fábricas há registros, por exemplo, na Espanha de lutas sindicais desde século XIX (MUÑOZ, 2010). No país ibérico,

apesar das melhorias nas condições de trabalho, os trabalhadores enfrentam a ameaça do deslocamento das fábricas de algumas das maiores empresas de conserva de pescado galegas para América Latina e África. O processo de transferência de parte da produção com a instalação de fábricas fora da Espanha pode ser exemplificado na mudança da estrutura territorial de três das quatro das maiores empresas galegas (ALCUBILLA, 2012): a Calvo empregava em Carballo 550 pessoas e 300 em Esteio Muros, enquanto suas unidades no Brasil possuíam 2.000 trabalhadores e a de El Salvador, 1.000; a Jealsa de um total de 3.500 trabalhadores, empregava entre 300 e 400 na Guatemala, 300 no Chile, 300 no Saara Ocidental (fechada em 2014) e 800 no Brasil, com fábricas em Rio Grande (Rio Grande do Sul) e no Ceará; a Salica com cerca de 2.500 trabalhadores, sendo 10% em Bermeo e o restante no Equador<sup>13</sup>.

Portanto, urge retomar os três temas sugeridos por Laura Conti (1921-1993): salubridade dos processos, compatibilidade entre os diversos usos dos recursos renováveis e duração dos recursos não renováveis (CONTI, 1986).

### **Considerações provocações finais**

A base natural está no sistema solar hegemônico por um astro envelhecido que está na base dos grandes processos de glaciações e interglaciares. Sobre o pequeno e frágil astro na escala do universo, um ser vivo frágil biologicamente, teceu tramas com ordenamentos que permite afirmar na ecumenização: seja pelos traços de áreas onde determinados poderes são reconhecidos formalmente por outros (o território do Estado Nacional) num

---

13 As informações foram cotizadas com atividades de campo na Espanha em 2012 durante o estágio posdoutoral como bolsista BEX-CAPES (processo 9185/11-9). Sobre as ações da empresa Jealsa na Guatemala, veja-se: MELENRELAS, P. *El enclave atuneiro de Rianxeira em Guatemala, 2010: mitos y realidades*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala, 2010 9( disponível em <http://dig.usac.edu.gt>). Em 2010 a MW Brands foi adquirida pela Thai Union Frozen Group com sede na Tailândia. A dinâmica das empresas do setor de conservas de pescado é realizada com os relatórios da *Canned Food Industry Market Research Reports* disponível em <http://www.reportlinker.com>.

concerto desigual e eivado de negócios e negociatas sobre a ameaça constante do conselho de segurança da ONU e os detentores de armamentos nucleares e de seus pares que controladores da riqueza mundial através dos liames da financeirização da vida como na proposta de Al Gore, ex- sobre o mercado mundial de carbono.

O que pode ser identificado como linha argumentativa para o tempo atual? Tentativas de sínteses que esboçassem as possíveis conexões entre as determinações da Natureza e as diferentes formas de organizações sociais ao longo do tempo. As marcas das sínteses eram: (1) estabelecer quadros que demonstravam ao longo do tempo como a humanidade foi formatando determinadas áreas do Planeta para executar certos projetos; (2) naturalizar explicações sociais para justificar conquistas e incorporações e na fase atual se apresentar como portador de algum modelo que tende a imposição de algumas racionalidades na produção e mesmo os comportamentos.

No século XXI a humanidade é herdeira de cerca de 500 anos da revolução científica que permitiu que alguns seres humanos apartados das lutas para garantir suas sobrevivências imediatas e normalmente protegidos por representantes das classes sociais privilegiadas combinadas por aparatos estatais, descobrissem e lenta e gradualmente comprovassem com as formas de divulgação possíveis, a ignorância sobre o Planeta. Os marcos estão nas possibilidades abertas por um sem número de pessoas espalhadas por alguns recantos do Mundo que conectados direta e indiretamente permitiram a conquista gradual de pedaços do Planeta: os continentes, os oceanos e mares, para as conquistas e montagem de um sistema colonial iniciado sistemática e conflituosamente para a ascendente burguesia europeia e seus sucedâneos e parceiros principalmente localizados nos Estados Unidos da América e no Japão. Suas disputas intestinas e com o socialismo estatal não apenas ceifaram milhões de vidas humanas, mas foram responsáveis pela predação nas terras emersas, nos mares e oceanos e ameaçam a atmosfera e o espaço sideral.

### Para concluir com provocações:

- quais os significados da diminuição do número de espécies e das alterações nas qualidades físico-químicas dos distintos ambientes, posto que desde a hegemonia do *homo sapiens*, esta é uma das marcas no Planeta enquanto dimensão geofísica em sua transformação em Mundo? A devoção a ciência que vira tecnologia é suficiente para garantir a salubridade dos processos e a dirimir os riscos das extinções?

- quais os limites do conhecimento sobre a dinâmica natural que garante a apropriação da Natureza em suas capacidades regenerativas como recurso e ao acesso das benesses do conforto para todas as pessoas?

- em escala planetária, preocupações que hoje são consideradas ambientais foram durante alguns anos consideradas como românticas e eventualmente criminalizadas. No Brasil, especialmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985) alguns precursores da disseminação de informações sobre problemas ambientais foram colocados como inimigos do Estado como os participantes de movimentos populares e sindicais e do combate armada aos golpistas de 1964. No obscurantismo truculento, lideranças com alguma visibilidade como Wilson Pinheiro (1933-1980) e Chico Mendes (1944-1988) foram observados e assassinados e foram detratados como defensores do ambiente. É possível afastar a luta pelas melhores condições de vida e de trabalho, da salubridade dos processos que garantem a produção dos objetos?

- como lidar com o tumulto informativo e informacional que produz a aceleração da ansiedade no caminho da agonia para a instantaneidade sem as pausas necessárias para a verificação, a reflexão que permitem os saltos de qualidade?

- como evitar a universalização de responsabilidades que mascaram o consumo desigual de mercadorias que são resultado do trabalho com a natureza em suas normatizações para garantir a reprodução do lucro?

- nas áreas rurais, após os excessos da revolução verde, com os grandes lucros das corporações a montante e a jusante da

produção agrícola e a financeirização da agricultura, os desafios são manter a produção com produtividade em áreas menores dos principais produtos e garantir a segurança alimentar com constância, qualidade, diversidade e preços para consumidores e produtores. É possível insistir “no bonito e bom é o que pequeno” e nas teses localistas que ignoram as múltiplas escalas?

- nas áreas urbanas brasileiras, a negação de algumas obrigadoriedades do Estatuto da Cidade (EC) como o parcelamento compulsório que impede o uso mais intenso para moradia de algumas áreas conduzindo a extensão da ocupação, aumentando a punição dos mais pobres condenados ao exílio do acesso as infraestruturas básicas e bens culturais e todos os cidadãos as dificuldades de mobilidade. A expansão horizontal compromete e encarece, por exemplo, os planos de drenagem urbana com os desenhos das vias de circulação e de manejo de resíduos sólidos. Como melhorar as cidades ignorando o EC?

- as pautas ambientais nunca foram tão presentes na formação escolar, nas administrações públicas e nas ações empresariais em todas as suas conexões. É possível avaliar as suas eficácias?

- há a responsabilização dos produtores das mercadorias como ocorre para produtos agrícolas. Por que produtores de determinadas mercadorias planejadas na destruição criativa como mostrou Joseph Schumpeter (1883-1950) em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” de 1942 que exigem cuidados nos descartes não são responsáveis pelo entulho que criam e transferem para os consumidores e o aparato estatal os custos de seu manejo?

- é possível transformar em debates político as querelas sobre cotas de pescas e convênios entre determinadas empresas para atuar sobre determinados estoques em águas nacionais e internacionais e abastecer alguns mercados e consumidores?

Entre as pautas da economia política está a ampliação da discussão e implantação de mecanismos que afastem os perigos da naturalização da humanidade que pregam a eliminação das conquistas de parte da humanidade que garantem diminuir desigualdades socialmente construídas que consolidam direitos e deveres como a separação do desejo e prazer sexual da

reprodução. Suas operacionalizações estão ligadas a necessidade de refletir as normatizações transescalares com tendências de excessos jurídicos com difícil operacionalização e controle estatal e da sociedade e que depois de produzirem expectativas geram frustrações e descrenças incentivadoras da montagem de estratégias para as suas desconstruções por setores que teriam quebrados seus privilégios ou entendimentos obscurantistas.

Por fim, realizar esforços para eliminar as prepotências não assumidas nas relações entre as Ciências Sociais em as Ciências Naturais e vice-versa. Evitada uma proposta charneira ou a defesa que as primeiras seriam devotadas ao passado ou abusariam nas projeções da necessária destruição total do tempo presente para apontar para um outro mundo, e as segundas, estariam majoritariamente tomadas por interesses empresariais e/ou individuais: como compor análises múltiplas para formular propostas integradoras e totalizantes?

Com este lastro formativo comprometido com elaborações para explicar os poderes hegemônicos das alianças entre Estados e as empresas em suas disputas com o trabalho que considera as dimensões naturais do Planeta desenhado com as formações sociais, a projeção do futuro vem da inspiração do geógrafo anarquista Élisée Reclus (1830-1905) que escreveu em 1869: “o homem é a natureza adquirindo a consciência de si próprio” (1985, p. 38) no sentido de que se a “História começa por se tornar toda geografia, como disse Michelet, a geografia se torna gradualmente história pela reação contínua do homem pelo homem” (p. 57).

### Referências bibliográficas

ALCUBILLA, Patrizia. *Lineal de conservas de pescado: entre las grandes marcas y la MDD*. Madrid: Alimarket-alimentación, 2012.

CONTI, L. *Ecologia: capital, trabalho e ambiente*. S.Paulo: HUCITEC, 1986.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

- BRUNES, Jean. Geografia Humana. 2.ed. Barcelona: Editorial Juventud, 1955.
- DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. S.Paulo: NUPAUB, 1994.
- DIEGUES, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. S.Paulo: Atica, 1983.
- DOSSE, F. A história em migalhas- dos *Annales* à nova história. Campinas: EDUNICAMP/Ensaio, 1992.
- GALLO, J. e VERRONE, L. V. O que é Oceanografia. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- HARARI, Yuval N. Uma história da humanidade. 3.ed. P.Alegre: L&PM, 2015.
- LAGO, Paulo Fernando. Renovação de recursos aquáticos: o exemplo japonês. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis v. 1, n.2., 1982, p. 49-67.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Japão: o capital se faz em casa. 2. ed. R.Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JACKSON, J. B.C. et alii. *Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. Science*, v. 293, July 2001, p. 629-638.
- MANCKE, Elizabeth. *Early modern expansion and the politicization of oceanic space. The Geographical Review. American Geographical Society of New York*, 89 (2), 1999, p. 225-236.
- MYERS R.A e WORM, B. *Rapid worldwide depletion of predatory fish communities. Nature*, 423, May 2003, p. 280-283.
- MARTINS, César A. A. O território nacional na análise da atividade pesqueira. Cadernos Geográficos (UFSC), v. 16, 2011.
- MARTINS, César A. A. Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado. Florianópolis: UFSC, 2006 (tese de doutorado em Geografia).
- MARTINS, César A.A. Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal em Rio Grande/RS. S.Paulo: USP (dissertação de mestrado em Geografia Humana), 1997.
- MARX, Karl (1875). *Crítica del Programa de Gotha*. Moscú: Progreso, 1979.
- MONTEIRO, Carlos Augusto F A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. S.Paulo: IG/USP, 1981.

MUÑOZ, L. A. *Género, trabajo y niveles de vida en la industria conservera de Galicia: 1870-1970*. Barcelona: Editorial Icaria, 2010.

OLIVEIRA, R.R. e MONTEZUMA, R.C.M. História ambiental e geoecologia: caminhos integrativos na geografia Física. In: FIGUEIRÓ, A.S. e FOLETO, E. (orgs.). *Diálogos em Geografia Física*. S.Maria: EDUFMS, 2011, p. 191-206.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida. Mudanças e persistências dos hábitos alimentares no Brasil e seus impactos no espaço urbano. *Anais do 8º Encontro de Geógrafos de América Latina*. Santiago, 2001, p. 76-95.

PHILBRICK, Nathaniel. *No coração do mar: a história real que inspirou o Mody Dick de Melville*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

PHILBRICK, Nathaniel *Mar de glória: viagem americana do descobrimento (expedição exploratória dos Estados Unidos- 1838-1842)*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2005.

RECLUS, Elisée. A natureza da Geografia. In: ANDRADE, M.C. (org.). *Élisée Reclus*. S.Paulo: Atica, 1985, p. 38-60.

RITTER, Karl. *La organizacion del espacio em la superficie del globo e su funcion em el desarrollo histórico*. In: MENDOZA, Josefina *et al.* (orgs.). *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza, 1982, p. 168-177.

SÁBATO, Ernesto. *Homens e engrenagens*. Campinas: Papirus, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. S.Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. Globalização e redescoberta da natureza. In: *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. S.Paulo: HUCITEC, 1994, p. 15-28.

TRICART, Jean. *Terra, planeta vivo*. Lisboa: Presença, 1978.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. 2.ed. revista; Lisboa; Cosmos, 1954.